



Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

LAI N. 842

ADRIANO CHAIRA, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulo a seguinte lei:

Artigo 1º — O Orçamento do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 1973, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 6.390.200,40 (seis milhões trezentos e noventa e oito mil duzentos reais e quarenta centavos).

Artigo 2º — A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimentos de fundos e outras fontes de rendas, na forma da legislação em vigor e especificações, todas constantes dos anexos que integram esta lei/ e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES:

Tributária	1.994.500,00
Patrimonial	20.000,00
Transferências Correntes	3.174.000,00
Diverosas	<u>200.000,00</u>

3.298.500,00

RECEITAS DE CAPITAL:

Operações de Crédito	419.679,00
Alianças de Bens Móveis e Imóveis	10.000,00
Transferências de Capital	<u>610.000,00</u>

1.039.679,00
6.390.200,40

Artigo 3º — A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos aqui anexos, conforme discriminação seguinte:

GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	369.848,84
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.423.340,25
DEFESA E SEGURANÇA	67.682,48
VIAGEM, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.334.492,78
EDUCAÇÃO E CULTURA	624.136,90
SAÚDE	68.316,65
BEM ESTAR SOCIAL	782.712,10
SERVICOS URBANOS	<u>1.286.770,32</u>

Total..... 6.390.200,40



Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 4º — O Poder Executivo, com base nos limites das despesas autorizadas para cada unidade orçamentária, estabelecerá um quadro de cotas trienais, de acordo com o que dispõem os artigos 47 e 50 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e balizará instruções para a execução da presente lei.

Artigo 5º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar:

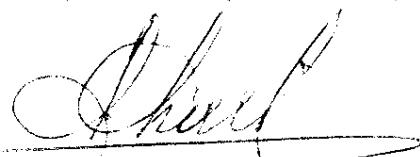
I — Operações de Crédito por antecipação da Receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada, para atender a insuficiência de caixa;

II — Transferências de dotações entre as sub-constituições orçamentárias; e

III — Suplementação em até 50% (cinquenta por cento) de cada dotação orçamentária.

Artigo 6º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura do Município de Mogi Mirim,
aos 20 de novembro de 1972.**



ARLINDO CHAVES

Prefeito Municipal